

“MAS A RUA É RUA, NÉ, ENTÃO A LUTA CONTINUA”: considerações sobre o papel do movimento trans brasileiro na resistência à violência transfóbica e na luta por uma vida vivível

Daniella Chagas Mesquita*

Jow Oliveira Araujo**

Esmael Alves de Oliveira***

Resumo: Neste artigo buscamos analisar a centralidade do movimento organizado de travestis e transexuais no Brasil e, mais especificamente, no Mato Grosso do Sul, frente às constantes violências transfóbicas que acometem suas vidas. Na primeira parte do artigo realizamos um breve resgate histórico do movimento e de associações trans no Brasil e no Mato Grosso do Sul, bem como discutimos um trecho de uma entrevista com uma travesti que fala da importância do movimento social em sua vida. Na segunda parte analisamos alguns dados estatísticos recentes sobre a violência transfóbica no país. Ao nos debruçarmos sobre genealogias, narrativas e dados estatísticos, objetivamos desnaturalizar os atuais processos necropolíticos vigentes no país, ao mesmo tempo em que

* Mestra em Antropologia Social (PPGAS/UFMS), doutoranda no Programa de Pós-graduação de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná (PPGAA/UFPR). E-mail: daniellacmesquitaf@hotmail.com.

** Graduada em direito (UESC/BA), mestranda em Antropologia no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD). E-mail: araujojow@outlook.com.

*** Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), docente do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAnt) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: esmael_oliveira@live.com.

buscamos evidenciar a importância e atualidade dos transativismos como política de resistência, de (re)existência.

Palavras-chave: Transativismos; Transfobia; Mato Grosso do Sul.

“BUT THE STREET IS THE STREET, YOU KNOW, SO THE FIGHT GOES ON”: considerations on the role of the Brazilian trans movement in the resistance to transphobic violence and in the fight for a liveable life

Abstract: In this article we seek to analyze the centrality of the movement organized by travestis and transsexuals in Brazil and, more specifically, in the state of Mato Grosso do Sul, against the constant transphobic violences that affect their lives. In the first part of the article we do a brief historical review of Brazilian and Mato Grosso do Sul’s trans movements, also discussing an excerpt of an interview with a travesti that talks about the importance of the social movement in her life. In the second parte we analyze recent statistical data about transphobic violence in the country. We lean over genealogies, narratives and statistical data, in an effort to denaturalize the current necropolitical processes in the country, while we seek to highlight the importance and relevance of transactivism as a resistance and (r)existence policy.

Keywords: Transactivism; Transphobia; Mato Grosso do Sul.

Não estou pedindo socorro. A maioria de nós recusa a ideia de ser salva, pois sabemos que o mundo – ou, pelo menos, o mundo como a gente o conhece – não reserva nenhuma esperança para nós (JOTA MOMBAÇA, 2021, p. 96).

Neste artigo buscamos analisar a centralidade do movimento organizado de travestis e transexuais no Brasil frente às constantes violências transfóbicas que acometem suas vidas, sendo o Brasil o país que mais mata travestis e transexuais no mundo (ANTRA;

IBTE, 2021). Em nível estadual, discorremos sobre o Mato Grosso do Sul, que, no levantamento da ANTRA e IBTE (2021) sobre números absolutos de casos de assassinatos de pessoas trans entre os anos de 2017 e 2020, ocupa no ranking as posições de 20º e 21º, apresentando uma variação entre 1 e 2 casos por ano, muito embora seja também seja o estado com maior taxa de violência contra lésbicas, gays e bissexuais em 2017, de acordo com o *Mapa da violência de gênero no Brasil* (2019a), o que indica que está longe de ser um lugar acolhedor para pessoas LGBT.

Uma questão importante para compreendermos tal discrepância é que, além de serem dados de populações diferentes (mesmo que LGBTs), e que uma pesquisa foca em violência e a outra em assassinatos (um não necessariamente implica no outro), não há dados oficiais, ao mesmo tempo que há muita subnotificação. Apesar do cenário grotesco, que revela a precariedade da vida trans tanto em nível nacional quanto regional, os movimentos sociais e ativismos mostram-se como estratégias de sistematização desses terríveis dados, assim como de resistência e de luta por uma vida vivível.

Nossa discussão se inicia com um breve resgate histórico do movimento e da criação de associações trans em nível nacional, a começar pela Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) – a primeira da América Latina e a segunda do mundo – e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), bem como em nível estadual, com a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS).

Em seguida discutimos parte de uma entrevista, concedida a uma das autoras, com uma mulher trans dona de uma casa de prostituição na cidade de Campo Grande-MS, que versa sobre a importância do movimento social em sua vida, em especial na luta contra a violência policial voltada contra seu corpo. Seu relato enfatiza a importância do trabalho da ATMS, associação da qual faz

parte, ao mesmo tempo em que destaca que “a rua é rua, né, então a luta continua”.

Assim, apesar da longa trajetória de resistência, há ainda muito pelo que lutar, é o que mostram os dados expostos no *Mapa da Violência de Gênero no Brasil*, bem como nos levantamentos produzidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), pela ANTRA e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Ao nos debruçarmos sobre esses dados estatísticos que retratam a violência transfóbica no país e, mais especificamente, no Mato Grosso do Sul, é a desnaturalização de tais processos necropolíticos que desejamos empreender, além de evidenciar a importância e atualidade dos transativismos.

Luta e resistência do Movimento Trans no sul global: uma genealogia das resistências e (re)existências

Na retomada histórica que Mario Carvalho (2011) faz do movimento trans no Brasil e da fundação de associações de travestis e transexuais, o autor afirma que *travesti* aparece como categoria identitária apenas entre as décadas de 1970 e 1980, embora inicialmente como forma de acusação por parte do próprio movimento gay; a possibilidade de sua incorporação surge somente a partir da opção por uma política identitária.

Lohana Berkins (2003), travesti e ativista argentina, conta que em 1991 teve o primeiro contato com Carlos Jáuregui, integrante do Gays por los Derechos Civiles. Carlos ajuda Lohana e outras travestis argentinas em um caso de violência policial e as convida a se organizarem. Com seu apoio é formada a primeira associação de travestis do país, a *Asociación de Travestis Argentinas* (ATA) e, enquanto preparava a *Tercera Marcha del Orgullo Gay Lésbico*, ele as recebe dizendo que “esta é a pauta que faltava no movimento” (BERKINS, 2003, p. 61, tradução livre).

No entanto, nem todas pensavam igual. Boa parte das organizações gays e lésbicas até então sentiam nossa presença como uma invasão. As lésbicas discutiam nosso “feminismo” e nos encorajavam a nos realinharmos com os gays, nos vendo como uma das tantas versões desta orientação sexual. Os gays oscilavam entre se maravilhar pelo *glamour* travesti e rechaçá-lo. Aqui se deu nossa primeira luta pela visibilização (BERKINS, 2003, p. 62, tradução livre).

Em terras brasileiras, o marco do ativismo Trans é 1992. Em 15 de maio daquele ano, criou-se a ASTRAL, idealizada pelas travestis Jovanna Baby, Jossy Silva, Elza Lobão, Beatriz Senegal, Raquel Barbosa e Munique do Bavier, que lutavam arduamente pelo direito a uma cidadania plena por meio de estratégias de enfrentamento contra a violência transfóbica e os processos sociais de exclusão.

Assim, dois “modelos” se tornam hegemônicos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, e outras a partir do investimento de ONGs do movimento homossexual e ONGs-AIDS em projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo. Assim, o binômio violência policial/AIDS se torna pedra fundamental da constituição do movimento que com o passar dos anos seria capaz de desenvolver outras bandeiras de luta (CARVALHO, 2011, p. 27).

Jovanna Baby, em entrevista para Mario Carvalho (2011), refletindo sobre os motivos pelos quais as primeiras organizações brasileiras de travestis e transexuais surgiram como associações específicas, e não dentro de outras organizações do movimento LGBT já existentes à época, diz:

A gente nem conhecia essa palavra na época... mas a transfobia era muito maior nos próprios grupos organizados

de homossexuais que existiam. [...] Todos esses grupos, eles só nos usavam como massa de manobra para poder trazer recursos para os seus projetos de prevenção com essa população, na época que era... grupo de risco. Mas eles não nos davam espaço de falar, de diálogo, de mostrar a nossa capacidade, as nossas idéias. Então nós éramos apenas população-alvo. E a gente não queria aquilo. A gente queria ser vista, ser respeitada e estar conduzindo a política para nós mesmas. Não falar só para nós mesmas, mas conduzir a política nossa (CARVALHO, 2011, p. 35, sic).

Portanto, é com o propósito de superar os processos de silenciamento no interior do movimento homossexual que é formada a ASTRAL. Em 1993 a associação organizou o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS), que já em sua segunda edição tornou-se o principal encontro de travestis organizadas do Brasil. Na terceira edição foi discutida a necessidade de criar uma rede nacional que mantivesse as travestis e transexuais articuladas durante todo o ano, para além dos encontros. Assim foi criada inicialmente a Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENATA), posteriormente nomeada Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTAL), e, em 2000, surge a ANTRA (ANTRA, s.d.; SALES; SIMPSON, 2018; SILVA, 2018).

Em Mato Grosso do Sul, de acordo com a autobiografia de Cris Stefanny (fundadora da ATMS e ex-presidenta da ANTRA), encaminhada a uma das autoras durante uma conversa em 2001, a ativista foi convidada a participar do VIII ENTLAIDS e, ao conhecer Janaina Dutra, a primeira travesti advogada do Brasil, deu seus primeiros passos rumo à militância em terras sul-mato-grossenses:

Voltando a Campo Grande/MS, não perdi tempo, logo iniciei as articulações para criação de uma ONG que nos defendesse. [...] e em 13/01/2001 fundamos da ATMS- Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do

Sul, com a presença de 50 travestis e transexuais, fora as autoridades presente, com toda a atenção da imprensa por ser inédito o fato [...] hoje temos 13 anos de atividades, [...] já realizamos 12 paradas da cidadania dando visibilidade a pauta LGBT no estado, criei todas as ONGs LGBTs no interior do estado, implementei um centro de referência em Dourados para atender pessoas LGBTs vítimas de violências, propus todas as leis e decretos hoje aprovados no estado de Mato Grosso do Sul em favor dos LGBTs, propus e ajudei a criar o Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate a Violência LGBT de MS (Autobiografia fornecida por Cris Stefanny, sic).

É a partir do contato com Cris Stefanny que, em um evento organizado pela ATMS em 2019, uma das autoras é apresentada a Ully (pseudônimo), uma mulher trans de aproximadamente 40 anos, que parece boliviana e é dona de uma casa de prostituição de travestis e mulheres trans em Campo Grande. Ela inicia a entrevista relatando que:

Aqui em casa nós somos um grupo de meninas. Nós trabalhamos, assim, na noite, nós temos site, todo mundo hoje em dia tem site. E eu vim do tempo que era tudo bruto, né, na raça, que tinha que ser na guerra mesmo, brutal. Então já teve muita violência, mas hoje em dia já tá tudo tranquilo. Mas eu já passei por muita violência, por cadeia, minha vida é assim. Hoje em dia, graças a Deus e à Cris [Stefanny], que veio, né, socializar todos nós (agradeço muito à paz da Cris), então nós estamos todas bem, tudo bem, é, de saúde, de tudo, mas tem muitas histórias que já foi: briga com polícia, briga com vagabundo, já fui atirada, já fui esfaqueada, também já fiz tudo... Enfim, à noite rola tudo, rola droga, rola violência, rola tudo. Isso é assim, um pedaço da minha história. [...] Hoje em dia já tá todo mundo civilizado, já aceita, mas graças ao trabalho aqui

em Campo Grande da Cris... E o mundo inteiro tá assim, sempre tem uma que representa, igual tá você aqui, né, procurando harmonizar, socializar mais a gente, e a gente só tem que agradecer. [...] Mas a rua é rua, né, então a luta continua [grifos nossos].

A narrativa de Ully se inicia com um relato de um período anterior, de um tempo bruto e de violências rotineiras que eram sentidas na pele, “atirada” e esfaqueada. Oliveira e Araujo (2020) atestam que são inúmeras as violências a que está submetida cotidianamente a população LGBT, de modo geral, e travesti e trans, em particular, e o quanto tais violências são deliberadamente dirigidas para partes específicas de seus corpos, de modo que estão revestidas de uma dimensão simbólica que não pode ser facilmente desconsiderada.

Primeiro não é possível ignoramos o grau de violência que é orientado contra os corpos considerados ininteligíveis: são inúmeras perfurações, golpes, pedradas. Segundo, são atos em partes do corpo que demonstram que as vítimas não tiveram condições de defesa (no geral nas costas). Terceiro, são agressões desferidas em regiões do corpo que são simbolicamente constituintes de nossa “humanização”: a face, o rosto (OLIVEIRA; ARAUJO, 2020, p. 302).

Na experiência de Ully, a passagem desse período brutal para o atual momento, em que, na sua perspectiva, está “tudo bem, (...) de saúde, de tudo”, há importantes contribuições do movimento social, personificado na imagem da militante Cris Stefanny, de modo que a militância, somada a uma socialização, foram para ela produtoras de saúde, também vinculada à diminuição de violências contra sua existência dissidente.

Todavia, apesar de considerarmos relevante sua narrativa, alertamos que tal relato não deve ser tomado como autoevidência de extinção de violências transfóbicas no Mato Grosso do Sul. Ao contrário,

há também de se considerar a posição privilegiada que ela adquiriu enquanto dona da casa, posição essa que é explicitada na etnografia realizada por Haydeé Schuster (2019) na Baixada Cuiabana, na qual

Além de bichas, travestis e travestis tops, a hierarquia também inclui o símbolo máximo e ascensão: ser dona da pensão onde as travestis moram e administrar os pontos. As donas de pensão do Zero são figuras conhecidas por serem as primeiras a se prostituir na região e abrir espaço dos pontos para travestis. São elas que ocupam o lugar de reconhecimento e, por isso, insinuar que a dona da pensão é uma cafetina ou agenciadora pode gerar grandes conflitos (SCHUSTER, 2019, p. 100, grifos nossos).

Destarte, reconhecendo a importância do movimento trans brasileiro na resistência à violência transfóbica, mas também com necessidade de tensionarmos essa “tranquilidade” expressa por Ully, na seção seguinte propomos analisar alguns dados estatísticos dessa violência no Brasil e no Mato Grosso do Sul nos últimos anos, que dão conta da importância e atualidade do transativismo.

A luta precisa continuar porque morrer não é uma opção!

Segundo o *Mapa da Violência de Gênero no Brasil* (2019a), em 2017 se contabilizou um número de 225 casos de violência LGBTfóbica **por dia!** Tal panorama é estarrecedor, principalmente quando consideramos apenas a região Centro-Oeste, que possui a menor população do país, onde houve 17.602 casos entre 2014 e 2017. Além disso, “foi no Mato Grosso do Sul, o Estado menos populoso no Centro-Oeste, onde mais se registraram casos de violência contra pessoas homo/bi: 8.064, ou 45% do total” (2019a, n.p.). O mesmo levantamento aponta ainda que o estado teve a “maior taxa de violência contra pessoas homossexuais ou bissexuais em 2017: 91 a cada 100 mil habitantes,

mais do que o dobro da taxa nacional, que foi de 41 por 100 mil” (2019b, n.p.).

O Grupo Gay da Bahia (GGB, 2019, p. 1) aponta que “420 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil em 2018 vítimas da homolesbotransfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%)”. Fazendo enfoque regional, temos “três regiões [que] apresentaram taxas mais elevadas que a nacional: Norte e Centro-Oeste (2,80) e Nordeste (2,57)” (p. 14). Das 420 mortes em território nacional ocorridas em 2018, o Centro-Oeste enumera 46, sendo que só em MS foram 8 ocorrências. Os maiores registros, em números absolutos, se deram no estado de São Paulo (58), seguido por Minas Gerais (36) e Bahia (35).

A ANTRA (2018, p. 14) evidencia que, apesar da mordaz subnotificação, em 2017 houve “179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que apenas 18 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% dos casos”. O Centro-Oeste registrou 15 ocorrências. Proporcionalmente, Mato Grosso do Sul está em 13º, com 0,74 assassinato por milhão de habitantes.

No ano seguinte, em trabalho conjunto com o Observatório Trans do IBTE, foi denunciado “o aumento da subnotificação desses dados”, havendo, assim, registros de “163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos” (ANTRA; IBTE, 2019, p. 15).

Em 2018, MS registrou 3,9 mortes por 100 mil habitantes, ocupando, proporcionalmente, o 15º lugar no ranking nacional. Ocorreu, porém, o que se chamou de “morte controversa”, pois não foi possível aferir se houve ou não cunho transfóbico: “O último caso refere-se a uma transexual que morreu atropelada por uma motocicleta em

Campo Grande (MS) no dia 10 de agosto de 2018, segundo testemunhas ela atravessava a via quando foi colhida pela moto e morreu no local” (p. 38).

Em 2019 as organizações continuaram sua árdua tarefa de denunciar a permanência do Brasil como país que mais mata travestis e transexuais no mundo, mas que também se ocupa (por ação ou omissão) de promover à população trans várias outras violações e violências¹, verificadas com a mesma metodologia usada por outras ONGs internacionais, como a Transgender Europe - TGEU (ANTRA; IBTE, 2020).

Uma vez mais a subnotificação volta à baila, posto que a “não publicação de alguns casos, compromete os resultados e faz parecer que houve uma queda nos assassinatos, quando, na verdade houve um aumento da invisibilidade dessas mortes” (ANTRA; IBTE, 2020, p. 15), especialmente pelo desrespeito à identidade de gênero, inclusive nome social, nas publicações midiáticas relacionadas, pois

São comuns casos em que diversos canais vêm reportando assassinatos de travestis como se fossem “homens vestidos de mulher” ou, ainda, “homossexual assassinado com roupas femininas”. O mesmo ocorre no caso de homens trans, quando são identificados como sendo “lésbicas” pelos jornais e meios de comunicação. Estimamos que 95% dos casos nos quais a notícia diz se tratar de “homem vestido de mulher é encontrado morto”, trata-se do assassinato de uma travesti ou mulher transexual que é noticiado de forma transfóbica (ANTRA; IBTE, 2020, p. 15-16).

Ainda assim,

No ano de 2019, foram confirmadas informações de 124 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 121 Travestis

¹ Para conferir a listagem dos diversos fatores que confluem para esta política de impedir a vida em sua plenitude e a promoção das políticas de morte, ver as páginas 13 e 14 do relatório da ANTRA e IBTE (2020).

e Mulheres Transexuais e 3 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que **apenas 11 casos tiveram os suspeitos identificados**, o que representa 8% dos dados, e que **apenas 7% estão presos** (ANTRA; IBTE, 2020, p. 22).

Na região Centro-Oeste se concentraram 12 assassinatos, 10% do total, a menor taxa dos números absolutos. Não obstante, não houve queda significativa, mesmo que o percentual seja menor em comparação ao ano anterior; em verdade, a queda ocorreu pois **“a região sudeste apresentou aumento de 10,8% no número de assassinatos de pessoas trans**. As demais regiões se mantêm na média de assassinatos nos últimos três anos” (p. 29). Mato Grosso do Sul registra, então, 1 assassinato² (20º em números absolutos, 21º proporcionalmente/100 mil hab.) e 1 tentativa de homicídio em Três Lagoas, oeste do estado.

É importante ressaltar que as autoras do referido dossiê preocupam-se enormemente em descaracterizar a falácia argumentativa da diminuição dos números absolutos de assassinatos, que poderia significar, num olhar mais desatento, uma redução nas ocorrências de violações de direitos, o que não condiz com o cenário enfrentado naquele ano, pelo contrário. Tratam, então, no item 5, “Assassinatos 2019”, de traçar um panorama comparativo desde 2008, quando a ONG TGEU já se ocupava das estatísticas brasileiras. Tanto que afirmam, diretamente:

Com isso, queremos excluir qualquer tentativa de apropriação e uso indevido do nosso trabalho ou a manipulação destes dados em qualquer narrativa falaciosa sobre a diminuição destes números serem fruto de alguma ação do governo federal. Queremos, também, afirmar que, mesmo diante de um cenário controverso e violento, as conquistas que temos alcançado têm sido frutos da luta

² O mapeamento em tempo real realizado pela ANTRA (2019) que subsidia o relatório dá conta de uma travesti vitimizada na cidade de Campo Grande, em 19 de maio de 2019.

dos movimentos da sociedade civil organizada (ANTRA; IBTE, 2020, p. 25).

Em 2020, ANTRA e IBTE continuam juntos para “garantir que as Gisbertas, Dandaras e tantas outras possam ter o direito à vida assegurado e que o país deixe de ser o que mais assassina pessoas trans do mundo” (ANTRA; IBTE, 2021, p. 19), visto que nem o advento pandemia de Covid-19 retira o Brasil de seu aparentemente inabalável posto, ocupado por 13 anos consecutivos³: “É importante ressaltar que a média dos anos considerados nesta pesquisa (2008 a 2020) é de 122,5 assassinatos/ano. Observando o ano de 2020, vemos que ele está 43,5% acima da média de assassinatos em números absolutos” (p. 32, grifo nosso).

Anotam as autoras que “**no ano de 2020, tivemos pelo menos 175 assassinatos de pessoas trans, sendo todas travestis e mulheres transexuais.** Não foram encontradas informações de assassinatos de homens trans ou pessoas transmasculinas em nossas pesquisas esse ano” (p. 31, grifo nosso). Novamente com 12 casos, dois deles registrados em Mato Grosso do Sul (além de 1 tentativa de homicídio), a região Centro-Oeste contabiliza dessa vez 7% do total.

Ocorre também em 2020, pela primeira vez, menção a pessoas LGBTs no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) por conta, principalmente, da decisão do Supremo Tribunal Federal⁴ que qualifica

³ Para outras informações, conferir também matéria publicada em 19 de janeiro 2020 pela Revista Exame sob o título “Pelo 12º ano consecutivo, Brasil é país que mais mata transexuais no mundo”, escrita por Gabriel Justo, com colaborações da ANTRA, Human Rights Watch e All Out. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/>.

⁴ O julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) n. 26, sob relatoria do ministro Celso de Mello, e do Mandado de Injunção (MI) 4733, relatado pelo ministro Edson Fachin, foi concluído em 13 de junho de 2019. Nele, o Tribunal reconhece que houve omissão inconstitucional do Congresso

condutas LGBTfóbicas como passíveis de punição penal. Entretanto, o Mato Grosso do Sul – e outras 15 unidades da federação⁵ – não enviaram dados⁶ para a feitura do relatório, conforme pode-se visualizar na “Tabela 33 – Registros de crimes contra população LGBTQI+, por tipo – Brasil e Unidades da Federação – 2018-2019” (FBSP, 2020).

O que esses dados que sangram revelam? Na obra *Vida precária: os poderes do luto e da violência*, Judith Butler (2019), por meio da categoria “vida precária”, nos possibilita compreender os mecanismos de produção de vulnerabilidade e agressão no mundo contemporâneo. Para Butler, a vulnerabilidade, enquanto dimensão de uma dependência fundamental do Outro, é uma das experiências que marcam nossa condição de humanidade.

Contudo, ao nos debruçarmos sobre as estatísticas apresentadas anteriormente, é possível afirmar que tal “condição fundamental” não é suficiente em si mesma para explicar por que determinadas vidas são mais vulneráveis, mais válidas ou, no caso em tela, mais vivíveis que outras. Em suas palavras, “existem meios de distribuir vulnerabilidades, formas diferenciadas de alocação que tornam

Nacional em não criminalizar condutas LGBTfóbicas e, até que o façam, ficam as condutas enquadradas na lei brasileira antidiscriminação – conhecida como Lei de Racismo, n. 7.716/1989. Para mais informações, conferir notícia intitulada “STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa” no site oficial do Supremo Tribunal Federal, disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>.

⁵ Os 11 estados que disponibilizaram dados de violência contra pessoas LGBTs no Brasil são Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

⁶ Mesmo que a maioria das Secretarias de Estado de Segurança Pública/Defesa Social não tenham reportado dados ao FBSP e que isso conste textualmente como “dados não disponíveis” na legenda da tabela n. 33, alguns estados – notadamente Amapá, Pará e Paraíba – responderam ao questionamento da ONG como “fenômeno inexistente”, como se não houvesse lugar para violência LGBTfóbica em seus territórios. Quem dera.

algumas populações mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras” (BUTLER, 2019, p. 10).

Assim, “o que faz com que o Outro não seja reconhecido como humano?” (BENTO, 2018, n.p.). O que os dados acima mencionados nos permitem sustentar é que as violências contra travestis e transexuais só podem ser devidamente compreendidas se consideramos que é uma dada noção de humano (in)viável que parece imperar. Nesse enquadre, o modelo cisheteronormativo é quem determina simbólica, institucional e relacionalmente uma inteligibilidade que hierarquiza modos de existência dissidentes.

Se, nos termos de Judith Butler (2015), há certos enquadres político-ideológicos que fazem com que determinadas vidas sejam dignas de serem choradas em detrimento de outras, por conseguinte, eles têm historicamente justificado e estimulado a produção de mortes contra corpos/corpas e subjetividades que questionam essa inteligibilidade hegemônica.

Reconhecer a violência não garante, de modo algum, uma política de não violência. Mas o que pode perfeitamente fazer diferença é considerar a vida precária e, portanto, também a condição de violável uma condição generalizada, em vez de uma maneira diferencial de marcar uma identidade cultural, isto é, como um traço recorrente ou atemporal de um sujeito cultural que é perseguido ou violado por definição e independentemente da circunstância histórica (BUTLER, 2015, p. 250-251).

Não por acaso, para um Estado e para uma sociedade sustentados por uma inteligibilidade em que ser humano é ser ou homem ou mulher, cisgênero, heterossexual, branco, cristão, “de bem” etc., a mera possibilidade de confrontar-se com um/a outro/a de carne e osso e cuja diferença está longe de performar o que dele/a se espera se torna razão suficiente para sua eliminação. Assim, numa sociedade

cisheternormativa, “o rosto, o corpo, a pele, a língua [...] não bastam para assegurar o [seu] direito à vida” (BENTO, 2018, n.p.). Primeiro porque essa vida é uma vida pensada para poucos; segundo porque ela, a vida, é um projeto moderno-colonial arbitrário (LUGONES, 2020).

Trazer à cena tais processos de invisibilidade, estigmatização e violência(s) implica sobretudo questionar os regimes de verdade e, mais do que isso, sua legitimidade. Se nos termos de Jota Mombaça (2021, p. 15), “tudo nos leva a crer que estamos cercadas, que onde há nação há brutalidade, e onde há brutalidade nós somos o alvo”, historicamente travestis e transexuais têm dado testemunho de que é justamente “na multidão de estilhaços que se produz a possibilidade de um outro modo de existência em conjunto” (MOMBAÇA, 2021, p. 23). Não reconhecer esse protagonismo guerrilheiro-resistente transfeminista seria afirmar a legitimidade da necropolítica cisheternormativa. Mas não, ela não tem a última palavra, nós “precisamos ecoar com força: eu não vou morrer! Sem a crença nessa profecia, a vida se esvazia de sentido, perde o horizonte utópico” (NASCIMENTO, 2020, p. 3).

Algumas (in)conclusões

No momento em que estamos fechando o texto, somos afetadas por cinco recentes episódios de violência voltadas para corpos trans que ocorreram na cidade de Recife-PE⁷, de modo que os casos de Kalyndra Nogueira, Roberta Silva, Crismilly Pérola, Sthefany e Roberta Silva dão testemunho de que a luta transfeminista continua, precisa continuar.

⁷ Capital que, segundo a ANTRA, ocupou o 7º lugar no ranking nacional de violência contra travestis e transexuais em 2020.

Afinal, até quando prevalecerá a sensação de impunidade? Até quando travestis e transexuais terão suas mortes diminuídas por discursos de ódio e preconceito que tendem a justificar a violência sofrida pelas condições de vida que vivenciam (e que são socialmente impostas)? Até quando travestis e transexuais continuarão a aparecer como meros dados estatísticos cujas mortes seguem sem os devidos esclarecimentos? Até quando continuarão a

ser expulsa[s] de casa, da escola, de ver as portas do mercado formal se fecharem, de encontrar[em] na prostituição mais precária a quase que única possibilidade de subsistência, de ser brutalmente objetificada[s] nas ruas, de ter[em] sua expectativa de vida girando ao redor dos trinta e cinco anos? (RODOVALHO, 2017, p. 370, acréscimos nossos).

Mas se enganam aqueles e aquelas que pensam que isso é “problema delas/deles, e não meu/nosso”. Estão tremendamente equivocados. O sistema⁸ que mata travestis e transexuais é o mesmo que sustenta o feminicídio, a homofobia, a lesbofobia, a violência sexual contra mulheres e crianças, o encarceramento em massa da população negra no Brasil, a seletividade penal, o genocídio dos povos indígenas, o autoritarismo, o fascismo... Uma sociedade transfóbica é uma sociedade adoecida pela cisheternormatividade. Nesse sentido, o desafio proposto por Amaira Moira Rodovalho, de que, se historicamente temos pensado o trans pelo cis, trata-se urgentemente de invertemos o jogo e desestabilizarmos o cis pelo trans (RODOVALHO, 2021). É esse sistema que precisa ser (d)enunciado.

Se a norma não fala de si, mais do que nunca precisamos aprender com o ativismo transfeminista as táticas de barricada (MOM-BAÇA, 2021) para desalojá-la, para escrachá-la, para expô-la, para desmoralizá-la, para desautorizá-la. Afinal, se “o mundo – ou pelo

⁸ “Para explicitar que um sistema marginaliza travestis o chamamos de sistema” (DUMARESQ, 2016, p. 129).

menos, o mundo como a gente o conhece – não reserva nenhuma esperança para nós” (MOMBAÇA, 2021, p. 96), que isso nos anime na luta pela construção de outros mundos possíveis.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *História* [s.d.]. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE); BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Orgs.). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Salvador, BA: ANTRA, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE); BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Orgs.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2019*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE); BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Orgs.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Salvador, BA: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Mapa dos casos de assassinatos de travestis, mulheres transexuais e homens trans no território brasileiro no ano de 2019*. Salvador, BA: ANTRA, 2019. 1 mapa, interativo, color. Google My Maps. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1FzwwzQghwym_DzFydXGj6onWYffky1NKy&ll=18.968137171293954%2C-53.350064803364546&z=6. Acesso em: 22 set. 2019.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 53, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>.
- BERKINS, Lohana. Un itinerario político del travestismo. In: MAFÍA, Diana (compiladora). *Sexualidades migrantes: Género y transgénero*. Buenos Aires: Scarlett Press, 2003. p. 127-137.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). *Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 121-131, mai./out. 2016.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). BUENO, Samira; LIMA, Renato S. de. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2020*. São Paulo, SP: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: relatório 2018*. Salvador, BA: GGB, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/08/relatorio.2018-1.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.
- LUTTERBACH, Maria (Coord.) *Mapa da violência de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Gênero e Número, 2019. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. *Brasil teve 225 casos de violência contra pessoas LGBT+ por dia em 2017*. Rio de Janeiro, RJ: Gênero e Número, 2019a. (LGBT). Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/centro-oeste/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. *Mato Grosso do Sul teve maior taxa do país de violência contra lésbicas, gays e bissexuais em 2017*. Rio de Janeiro, RJ: Gênero e Número, 2019b. (Notícias da Região Centro-Oeste). Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/centro-oeste/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira. Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. *Inter-Legere*, v. 3, n. 28, p. 1-22, 2020.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; ARAUJO, Joalisson Oliveira. Marcas necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso do Sul/MS. *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 295-306, jan./jun. 2020.

RODOVALHO, Amaira Moira. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

SALES, Adriana; SIMPSON, Keila. Cartografias travestis: perspectivas metodológicas de guerrilha nos diálogos com o movimento social organizado. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 1, p. 25-46, 2018.

SCHUSTER, Haydeé Tainá. Interfaces entre os agenciamentos políticos do Estado e das micropolíticas das travestis do Zero na Baixada Cuiabana. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 6, n. 11, p. 97-110, jan./jul. 2019.

SILVA, Jovanna da. Movimento político social da população T no Brasil. In: CAETANO, Marcio et al. (Orgs.). *Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)*. Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018.